



Assembléia Popular De onde vem? Para onde vai?

Documento sobre o processo da Assembléia Popular

A Assembléia Popular virou prática em várias cidades e estados do país. Estamos presenciando algo novo, no qual já vários de nós estamos envolvidos. Uma dinâmica está se constituindo que pode marcar uma etapa importante na organização dos movimentos sociais e populares, na participação do povo na transformação e construção da sociedade que queremos, no exercício do poder popular.

Este subsídio quer ajudar a entendermos melhor o que está acontecendo, o que é essa tal de "Assembléia Popular", para podermos participar mais ativamente da sua animação e construção.

A
Assembléia
Popular
surge como
resposta
a novos
desafios

Há de observar primeiro as grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais nas quais surge a Assembléia Popular como resposta a novos desafios. Desde 1990, no Brasil, a globalização neoliberal traz profundas mudanças: vejamos o que é a globalização, e sua vertente 'neoliberal'. O povo não ficou de braços cruzados: já tem muitas formas de resistência e forças sociais com projetos alternativos. Vamos ver a bela história de 15 anos de luta da qual brota a Assembléia Popular. Enfim vamos destacar as principais características da Assembléia Popular, sabendo que é um processo evolutivo, sempre em processo de criação.

Contexto global

A globalização neoliberal provoca profundas transformações no mundo todo. O Brasil também é alvo dos novos donos do poder e da riqueza. A Assembléia Popular (AP) é uma forma da luta do povo para responder aos embates do capitalismo, para defender os seus direitos, a sua dignidade e os da nação. É uma longa e bela história. Antes de considerar de onde vem e por onde vai a Assembléia Popular, vamos observar o contexto global nacional e internacional e a situação política onde ela nasce.

A globalização significa **interconexão** entre nós e o planeta todo. Ela abre para nós novas possibilidades de informação e de comunicação. Novas tecnologias nos colocam num instante em contato com qualquer parte do mundo. Redução das distâncias e do tempo! Não tem um ponto do mundo que não seja acessível em menos de 24 horas. As fronteiras se tornam virtuais. Abrem-se as portas de acesso quase ilimitado a outros povos, outras culturas e civilizações.

Mas a globalização que vivemos é desenhada pelo **neoliberalismo**: um novo liberalismo, mais intenso, mais extenso, mais abrangente. O mercado não tem fronteiras; tudo é mercadoria; tudo se vende, tudo se compra. É a guerra total entre os mais fortes: vencer ou morrer. O objetivo do mercado não é de responder às necessidades básicas do povo, mas de fazer lucro.

O **capital** é feito deus. Circula livremente no mundo afora. É soberano absoluto. Manda sobre o Estado. Este, concebido como defensor do bem comum e dos direitos dos cidadãos, está privatizado, ao serviço dos interesses financeiros e políticos duma minoria.

Alguns poucos conglomerados de **empresas transnacionais** e bancos, com a benção do FMI, do Banco Mundial, da OMC, e dos governos dos países mais ricos determinam a política econômica dos países, decidem o que é bom para nós e para os nossos filhos.

Para reduzir os custos de produção, reduz-se o número de trabalhadores e seus salários. Somos todos '**precarizados**', ameaçados de perder o trabalho. Submetida à um ritmo mais intenso de trabalho e à ditadura do mercado de trabalho, a classe trabalhadora se fragmenta.

Da mesma maneira que destrói os homens, o afã de lucro neoliberal destrói de maneira irreversível a **natureza** e ameaça a sobrevivência das gerações futuras.

Principal canal de publicidade, a **mídia** (jornais, revistas, TV e rádios) nos repete que esse modelo de consumismo e individualismo é o único possível e que não tem alternativa.

No Brasil

São profundas as conseqüências no Brasil da lógica capitalista mundial. Vejamos algumas.

Fernando Collor de Mello introduziu o neoliberalismo no Brasil; Fernando Henrique Cardoso o aprofundou; Luiz Inácio Lula da Silva o consolidou. Desde o início dos anos 90, a prioridade econômica do Brasil é de conquistar mais espaços no mercado mundial. Todos os favores vão para as empresas; algumas migalhas vão para o povo. Para atrair os investimentos

estrangeiros, o país tem os juros mais altos do mundo. O pagamento da dívida rouba o dinheiro do povo e bloqueia desenvolvimento social do país. A economia está toda orientada para as exportações, em quanto o povo está privado dos seus direitos de vida elementares. Tudo para fora. Falta ao país um projeto nacional de desenvolvimento sócio-econômico.

O Brasil é grande e rico. Tem todas as possibilidades de definir uma política própria de desenvolvimento. No entanto, atrelado ao mercado financeiro internacional, perde a sua soberania e independência. A economia predomina e determina a política. O Estado não cumpre a sua função principal de promover o bem de todos e defender os direitos dos cidadãos. No entanto, aumenta a concentração do poder e da riqueza. A democracia, pois, está em crise, e a unidade do país está ameaçada.

O crescimento do desemprego e a destruição das condições de trabalho são conseqüências dramáticas da guerra econômica mundial. O trabalhador é tratado como um mercadoria, que deve ser a mais barata possível. O povo não recebe os benefícios do progresso das ciências e tecnologias. Aumenta o número de excluídos e deterioram-se as condições de vida de muitos: a violência é uma ameaça permanente.

Além da crise econômica, é toda forma de organização social que está em crise. O mercado acentua as contradições internas. A sociedade está rachada, fruto da disputa intensa que o mercado submete a todos. As pessoas são consideradas em função da quantidade de dinheiro que têm. Os cidadãos são tratados como meros consumidores. A cultura materialista e individualista, própria do capitalismo, invade os corações e as mentes, ameaçando os valores de solidariedade, de ajuda e gratuidade que ontem estavam muito presentes nas relações do povo? Cadê os valores de solidariedade, de ajuda e gratuidade, ontem muito vivos nas relações no povo?

Avanços

No entanto, nem tudo é sombrio e triste. Além das tendências atuais, há também sinais de esperança. Vai se consolidando uma grande mobilização da sociedade e capacidade de resistir aos golpes do capitalismo. Em todos os níveis e setores da sociedade cresce a organização de movimentos sociais ou populares, grupos, redes, marchas, e outras formas de organização, etc., para defender a sua identidade, os seus direitos, para uma ampla transformação social: sem-terra, sem-teto, desempregados, pequenos produtores rurais, indígenas, negros, mulheres, empregadas domésticas, camponeses, jovens, gente da rua, etc. A "sociedade civil" se organiza e se fortalece.

Multiplicam-se iniciativas alternativas que já provam que outro mundo, outra sociedade, outro desenvolvimento são possíveis. Basta aqui mencionar as múltiplas formas de economia solidária que contestam radicalmente o princípio central do capitalismo que é a primazia do dinheiro. Também em muitos lugares 'pipocam' os fóruns sociais, sejam municipais, regionais, nacionais, multinacionais, mundiais ou temáticos. Esses novos espaços e formas de reflexão e de partilha de experiências liberam novas energias de organização e transformação.

De onde vem a Assembléia Popular?

A Assembléia Popular (AP) não caiu do céu. Tem uma longa história. Situa-se na continuidade de muitas outras mobilizações e lutas populares. Vejamos alguns momentos deste processo.

De 1997 a 1999, a CNBB puxou a realização da 3ª Semana Social sobre o tema central do resgate das dívidas sociais. Os grupos de reflexão e mobilização não tardaram a perceber que à raiz da pobreza e miséria no país estava a Dívida Externa,

pela qual a riqueza produzida pelo povo brasileiro era mandado fora do país, nos cofres dos países ricos. Organizou-se, então, em julho de 1998, em Brasília, um simpósio da Dívida Externa, com a participação de 150 lideranças sociais e populares, políticos e cientistas. Durante o Simpósio se articulou a Campanha Jubileu 2000 contra a dívida. É bom lembrar que a Campanha Jubileu 2000 contra a dívida existiu e se organizou em forma de rede em mais de 50 países.

Um ano depois, em 1999, a campanha Jubileu 2000 organizou no Rio de Janeiro o Tribunal da Dívida Externa, cujo veredicto ainda vale para hoje. Durante o Tribunal, a Campanha decidiu com coragem e audácia lançar o plebiscito nacional popular da dívida em setembro de 2000. Foi uma mobilização de massa, debatendo o tema da dívida até lá considerado como assunto reservado para o ministério das finanças. Cento e cinquenta mil militantes entraram nos debates sobre a dívida e na organização do plebiscito. Foi um enorme sucesso. O governo fingiu de desconhecer. Mais de 6 milhões de cidadãos/ãs votaram. O governo antidemocrático ignorou tal expressão popular. Para muitos, o plebiscito foi uma escola de formação política, de conscientização, responsabilidade e participação.

Depois do plebiscito, com o lema: "a vida acima da dívida", a Campanha Jubileu, continuou sua luta exigindo a realização duma auditoria pública da dívida, inscrita na Constituição de 1988. Sem esperar o aval do governo encaminhou a realização da Auditoria Cidadã da dívida. Já no final do ano 1999, a campanha Jubileu 2000 entrou numa rede maior reagrupando quase todas as campanhas contra a dívida de América Latina, África e Ásia. Passou a se chamar: "Campanha Jubileu Sul/Brasil"; às vezes simplesmente chamada de "a campanha".

No ano 2001 se tornou mais claro que a nova ofensiva dos EUA contra a AL ia ser a ALCA (Área de Livre Comércio das

Américas). Essa proposta de acordo comercial visava instalar um domínio total e definitivo do império dos EUA sobre o conjunto da economia da região. Esta se tornaria apenas o pátio ou fundo de quintal dos EUA. A Campanha Jubileu Sul/Brasil foi muito ativa em numerosos encontros, fóruns e seminários para mostrar a estreita articulação entre as três estratégias do império: dívida, livre comércio e militarização. Neste tempo, o governo do FHC estava disposto a assinar a ALCA e entregar a base espacial de Alcântara (perto de São Luiz do Maranhão) ao exército dos EUA.

A mobilização contra a entrega do país ao vizinho do norte era tamanha, que a Campanha decidiu organizar um outro plebiscito nacional popular contra a ALCA. A organização de um plebiscito popular é um momento e uma estratégia privilegiados para lançar um grande debate no país todo. Em 2002, o Brasil foi o país mais informado de todas as Américas sobre a ALCA e os TLCs (tratados de livre comércio). Nas ruas, nos ônibus, nos trens, nas escolas e mercados se falava da ALCA. A reação do povo foi unânime. Desta vez, mais de 10 milhões de pessoas votaram para rejeitar a invasão dos EUA, para defender a soberania e dignidade do país. Todo o processo do plebiscito foi um magnífico canteiro de obra de construção da democracia, de expressão de amor ao país, da alegria e orgulho de sermos brasileiros/as sem dependermos de ninguém para definir o nosso futuro, de rejeição do culto ao dinheiro que é o principal valor que os EUA sabem exportar. A campanha no Brasil puxou a articulação duma mobilização em todas as regiões, chamada Campanha Continental contra a Alca.

Desde o plebiscito sobre a ALCA, por meio de jornais, folhetos e cadernos, spots de rádio e vídeos, e outros subsídios, por meio de cursos para lideranças, a Campanha mantém a mobilização e a sua luta contra o livre comércio injusto, contra a dívida e contra a militarização. Aos poucos se reforçou dentro da Campanha a articulação entre movimentos sociais e populares, redes,

associações, igrejas, sindicatos e outros parceiros.

A eleição do presidente Lula em outubro de 2002 mudou o cenário das alianças que construía a campanha. Se por um lado, o governo se mostrou mais firme nas negociações comerciais internacionais, a tal ponto de bloquear a OMC e a ALCA, por outro continua a política do governo anterior dando a prioridade aos privilégios do capital sobre o atendimento das necessidades básicas da maioria da população. O governo Lula se negou até agora a promover a realização duma auditoria pública da dívida.

A expectativa de muitos de ver chegar enfim uma autêntica política de desenvolvimento social ficou frustrada. O governo optou pela via institucional, ignorando a força transformadora dos movimentos sociais. As reformas prometidas durante décadas (agrária, fiscal, urbana, de educação e saúde, etc.) não foram cumpridas. A perplexidade, frustração e desilusão levaram a certa desmobilização e desarticulação dos movimentos sociais.

Em maio de 2004 a CNBB lançou a 4ª Semana Social com o lema: "Mutirão por um novo Brasil". Foram mais de 250 encontros para debater e aprofundar alguns temas como o Estado brasileiro no século 21, a auditoria da dívida, as forças sociais, o trabalho e a crise de sustentabilidade e civilização. Esses numerosos encontros, nos quais participaram as pastorais sociais, as CEBs, as paróquias e muitos movimentos sociais, deviam desembocar num "momento nacional", no final de 2005, para juntar as contribuições sobre "o Brasil que queremos".

Simultaneamente, a Campanha Jubileu Sul na qual participam também, ativamente, setores mais progressistas das Igrejas, programou para o ano 2005 assembleias populares em todos os níveis que deviam desembocar no final do ano, numa Assembleia Nacional.

A crise política com a revelação dos casos de corrupção, a coincidência dos dois eventos nacionais programados para o final do ano 2005, a oportunidade de reagrupar as forças

sociais algo dispersas, levou a juntar os dois eventos. A primeira Assembléia Popular Nacional aconteceu em Brasília, do 25 a 28 de outubro, com a presença de aproximadamente 8.000 participantes. Além das grandes momentos celebrativos, a Assembléia estudou e ampliou um primeiro documento de sistematização das contribuições vindas dos encontros e assembléias anteriores. A Assembléia chegou, pois, a elaboração de um texto: “O Brasil que queremos. Assembléia Popular Mutirão por um Novo Brasil”¹. Este rico documento não tem caráter definitivo e quer ser apenas um instrumento de trabalho para promover e ajudar o debate junto ao povo sobre o Brasil que queremos, e favorecer a elaboração dum projeto popular de nação.

Na Assembléia Popular Nacional, na qual participaram grupos ou representantes de muitas entidades (movimentos sociais, campanhas, fóruns, comitês, associações, articulações, sindicatos, pastorais, comunidades, redes, etc.) se expressou com vigor a vontade do povo de participar da elaboração das grandes políticas que definem o seu futuro. Foi uma dinâmica de rearticulação das forças. Porém ainda faltam muitas organizações. A democracia representativa está em xeque. É profunda a crise de confiança nos eleitos e na sua vontade de defender os interesses do povo. A Assembléia Popular quer ser, e pode ser, uma prática de democracia participativa, que deve ser construída em todos os níveis da nação.

Para onde vai a Assembléia Popular?

A Assembléia Popular existe; é viva. A expressão “Assembléia Popular” significa o conjunto de reuniões, encontros, dias de estudo, de debates, assembléias, etc. que acontecem na perspectiva do exercício do poder pelo povo. A Assembléia Popular é uma dinâmica, um processo, um projeto, uma construção, um mutirão, algo novo, que cresce mais já bem existente. Pode ser

chamada às vezes apenas de “a Assembléia”. Vejamos algumas características.

A Assembléia popular é **a organização do povo**. O poder da Assembléia Popular emana do povo organizado que assume o seu poder. Já existem milhares de formas de organização e participação do povo: movimentos sociais, cooperativas, grupos auto-geridos, associações e redes de empreendimentos nos diversos setores da economia, sindicatos, comunidades tradicionais (quilombolas, povos indígenas, etc.), clubes de mulheres, grupos culturais, agroindústrias familiares, etc. A Assembléia Popular é um processo de coordenação e articulação das organizações do povo. É **abrangente**. Quer ser um reagrupamento, o mais amplo possível, das forças populares construindo a democracia autêntica. Reúne forças distintas, mas que todas lutam por uma outra sociedade, não dominada pelo poder do dinheiro. Organiza-se em todos os níveis, priorizando a organização na **base**, nas ruas, nos bairro e nos municípios. Articulação e coordenação, mas sem perder a diversidade e especificidade dos grupos.

A Assembléia Popular é **plural**. Integra forças sociais, com perspectivas, estratégias e lutas distintas, próprias a cada entidade. A diversidade das contribuições é uma força e riqueza para superar as atitudes setoriais e corporativistas, na perspectiva duma transformação política do país. Constatamos a existência de um amplo entendimento entre todas as forças sociais sobre a estratégia ou sobre o que queremos construir. Mas sentimos a necessidade de estreitarmos laços e relações para discutirmos uma tática comum a todos.

Quem convoca a Assembléia Popular? São as próprias entidades do povo; é a cidadania; é uma auto-convocação. Hoje, aproximadamente 40 entidades nacionais configuram a articulação nacional da Assembléia Popular. O grupo não está fechado. O importante é que os que participam desta articulação (em qualquer nível) assumam as responsabilidades e tarefas. Sendo uma organização ampla do povo, a Assembléia não integra os partidos

políticos como tais, mesmo se é freqüente que membros da Assembléia pertençam e militem em partidos.

A Assembléia Popular é de **formação e de luta**. Ela pratica uma permanente análise crítica da realidade social, política, econômica e cultural do país, para melhor entender os desafios sempre novos que surgem e definir as prioridades da luta. Nos vários níveis, a Assembléia elabora programas de ação que correspondam às situações locais. Outros espaços têm construído materiais no esforço de responder aos mesmos desafios.

A Assembléia Popular é um modo de proceder, **um método e uma pedagogia** de consulta e de debate, através do qual o povo pode levantar os seus problemas e aspirações, se informar e debater sobre eles. A Assembléia Popular tem a vocação e a responsabilidade de promover em todo o país discussões e oficinas que contribuam

para uma maior consciência crítica e mobilização social e política que levem a uma maior participação popular na transformação do país.

O método participativo, com muitos debates e propostas, deve desembocar na construção, desde a base até o plano nacional, de um **projeto popular para o Brasil**. Atualmente, o texto "O Brasil que queremos. Assembléia Popular Mutirão por um Novo Brasil" é um bom

Instrumento de Trabalho para uma reflexão que leve à **luta**. Atualmente, **quatro prioridades** têm sido escolhidas para orientar as mobilizações e lutas. O povo vai à luta por 1) um novo sistema político que permita a expressão permanente das aspirações do povo, uma real participação dos cidadãos na definição dos grandes projetos para o país, e um controle das políticas públicas; 2) uma campanha contra

os altos preços da energia elétrica; 3) a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) entregue ao setor privado, por FHC, a um preço de banana; 4) a realização da auditoria da dívida pública e das privatizações.

Coordenar e articular as forças

Alguns militantes perguntam: "Já há a Rede Jubileu Sul contra a dívida, a Campanha contra a ALCA, a Semana Social da CNBB, as Pastorais Sociais, a Consulta Popular, o Grito dos Excluídos, a Via Campesina, a Coordenação dos Movimentos Populares, etc. Por que agora mais um novo espaço de mobilização, de organização e de lutas?". Todas estas entidades participam ativamente da Assembléia Popular. Cada uma tem a sua história, a sua visão da sociedade, os seus objetivos e até seus métodos. Essa grande diversidade é uma riqueza que há de preservar. Mas a diversidade pode levar a dispersão e ao enfraquecimento se não houver um esforço permanente de coordenação e articulação entre todas essas forças.

A Assembléia Popular nasce desse esforço de coordenação e articulação na busca de definir objetivos políticos, campanhas de reivindicações, planos de ação e estratégias comuns. Não é pouca coisa. É no andar que se faz e se descobre o caminho. Ou dito de outra maneira: a Assembléia é um pouco como uma bicicleta: se não avançar, cai. A Assembléia já é viva. Ainda é muito frágil, pois nem todas as entidades sentem a necessidade de se articular para conseguir mais forças. Entidades, às vezes, são mais voltadas para a defesa das suas próprias reivindicações e estratégias do que para a elaboração de programas e lutas comuns. O crescimento da Assembléia depende da participação ativa de cada um de nós e de todas as entidades que os que nela se encontram.

A Assembléia Popular é como uma bicicleta: se não avançar, cai

Vejam algumas notas muito breves sobre algumas entidades que participam ativamente da Assembléia Popular.

1 Campanha Jubileu Sul contra a dívida

A Campanha contra a dívida nasceu em 1998, a partir do simpósio nacional sobre a Dívida Externa. A Campanha organizou em 1999 o Tribunal da Dívida e no ano 2000 o plebiscito nacional popular sobre a dívida. A Rede coordena a Campanha Auditoria Cidadã em favor duma auditoria pública da dívida. Mantém um importante trabalho de informação, formação e mobilização sobre a dívida. Hoje a Rede Jubileu Sul/Brasil faz parte duma rede mundial formada por países da África, Ásia e América Latina e Caribe que questiona a existência de dívida pública, sua legalidade e legitimidade e chama para que nós povos do Sul nos declaremos credores de uma dívida histórica, social e ecológica.

2 Campanha contra a ALCA

A Campanha contra a ALCA nasceu em 2001 a partir da Campanha contra a dívida e as duas campanhas continuam muito articuladas. Em 2002, a Campanha contra a ALCA organizou outro plebiscito nacional popular sobre a ALCA e a OMC. Hoje a Campanha luta contra os 'falsos' acordos comerciais, profundamente desiguais e contra a nova rodada comercial da OMC.

3 Semana Social Brasileira

A 'Semana' Social é uma organização da CNBB para promover nas comunidades cristãs e na sociedade toda a reflexão e

mobilização em cima de um ou vários temas. Já houve quatro Semanas Sociais: a 1ª, em 1991, sobre o Mundo do Trabalho, desafios e perspectivas no Brasil de hoje; a 2ª, em 1993-1994, sobre Brasil: Alternativas e Protagonistas; a 3ª, em 1997-1999, sobre o Resgate das dívidas Sociais; a 4ª, em 2004-2006 sobre Mutirão por um novo Brasil. As semanas sociais tiveram um papel ativo na criação da Campanha Jubileu contra as dívidas e da Assembléia Popular.

4 Pastorais Sociais

Há aproximadamente 20 pastorais sociais organizadas a nível nacional. São diversas: idade, perspectivas, organização, etc. Todas nasceram como expressão da inquietude social da Igreja católica. Hoje são ecumênicas. Elas são uma voz de setores do povo na Igreja e uma presença de ajuda da Igreja nos setores do povo. As pastorais sociais trabalham em estreita relação com os movimentos sociais.

5 Movimento Consulta Popular

O movimento surgiu a partir das marchas do MST em 1997. Questiona o rumo de uma esquerda institucional e propõe o resgate dos valores e práticas revolucionárias, e a elaboração de bases teóricas para um Projeto Popular para o Brasil.

6 Grito dos Excluídos

As comunidades e os Movimentos Populares, conscientes de que o Brasil que temos não é o Brasil que queremos, promovem o Grito dos Excluídos. É o momento de todos e de todas mostrarem a sua indignação e a sua vontade de construir juntos um novo projeto de sociedade, que nosso país seja economicamente justo, politicamente democrático, culturalmente igualitário e culturalmente plural. Evidentemente, neste processo o protagonismo deve ser sempre dos excluídos e das excluídas.

7 Via Campesina

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar, definida como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar.



8 Coordenação dos Movimentos Sociais

A CMS foi criada em abril de 2003, organizada por diversos movimentos tais como a CUT, UNE, UBES, UBM, CMP, CONAM, MMM, MST, UNEGRO, movimentos de moradia, estudantil, de desempregados, pastorais e diversos sindicatos. É um espaço de convergência, de construção de unidade e de reflexão entre os mais diferentes movimentos e formas organizativas de nosso povo, o qual é de suma importância e necessário nessa conjuntura complexa de necessidade de mudanças sociais.

(Footnotes)

¹ O projeto popular foi organizado ao redor de 10 eixos temáticos: 1) Valores, gênero e etnias; 2) Sistema político; 3) Soberania e relações internacionais; 4) Trabalho; 5) Cidades; 6) Campo; 7) economia; 8) Comunicação; 9) Educação e cultura; 10) Saúde. Novidade temática, o documento apresenta também o Brasil: unidade de Biomas e Regiões Sócio-culturais: 1) a Amazônia; 2) o Cerrado; 3) o Pantanal; 4) a Caatinga (semi-árido); 5) a Mata Atlântica; 6) o Pampa.

Assembléia Popular Mutirão por um novo Brasil

Secretaria Operativa da Assembléia Popular

Rua Abolição, 227 2º andar - Bº Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01319-010 Brasil.
Fone xx11 3112 1524 Fax 31059702 E-mail: assembleiapopular@terra.com.br
Web: www.assembleiapopular.com.br